A voz do CUT SINTSEF CONDSEF/FENADSEF
Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará

Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um OI com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano IX - Nº 3472 06/11/2026

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL INSTITUI MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO PARA DEBATER REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES



O Ministério da Previdência Social (MPS) oficializou a criação de sua Mesa Setorial de Negociação Permanente (MSNP), por meio da Portaria nº 1.545, publicada no Diário Oficial da União (DOU) na última terça-feira (3). A medida estabelece um espaço permanente de diálogo entre governo e entidades sindicais para discutir reivindicações, direitos e condições de trabalho dos servidores e empregados públicos da pasta.

A criação da mesa atende a reivindicações das entidades representativas e foi discutida durante audiência realizada em 23 de setembro com o ministro Wolney Queiroz Maciel. O encontro contou com a participação da Condsef/Fenadsef e do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF), responsável pela solicitação da reunião.

A mesa terá composição paritária, com seis representantes de cada bancada, entre titulares e suplentes. A representação sindical será indicada pela Condsef/Fenadsef, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) e pela Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps).

Entre as principais reivindicações está a extensão da Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas (GTATA) a todos os servidores do MPS, uma vez que o benefício contempla atualmente apenas parte do quadro funcional. Outra demanda é a criação de um plano de carreira próprio para os trabalhadores do ministério, tendo como referência a Carreira do Seguro Social.

A portaria também estabelece que questões relacionadas à estruturação de carreiras e a medidas com impacto orçamentário deverão ser encaminhadas às instâncias competentes do governo federal. A expectativa é que a primeira reunião da mesa aconteça ainda em 2026, dando início às negociações para avançar na valorização profissional, na garantia de direitos e no fortalecimento dos serviços públicos previdenciários.

CONDSEF PREPARA NOVA MOBILIZAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA FUNAI PARA AVANÇAR NAS NEGOCIAÇÕES

A Condsef/Fenadsef prepara uma nova etapa de mobilização dos servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para cobrar avanços nas negociações com o governo federal. Nesta quinta-feira (5), a Confederação encaminhou um ofício circular às entidades filiadas, orientando a organização da categoria e anunciando a realização de uma reunião nacional para avaliar conquistas, discutir pendências e definir os próximos encaminhamentos.

Uma das principais reivindicações é a garantia da indenização de fronteira para todos os servidores da Funai que atendam aos requisitos legais. A Medida Provisória nº 1.375/2026, aprovada pelo Senado em 28 de outubro e encaminhada à sanção presidencial, incluiu parte dos trabalhadores da Fundação entre os beneficiários. Entretanto, a redação deixou de fora servidores da Carreira Indigenista e do Quadro Suplementar. A Condsef/Fenadsef defende a correção dessa exclusão e pretende convocar a reunião nacional após a sanção da medida.

Outra pauta prioritária é a regulamentação do poder de polícia administrativa da Funai. As entidades cobram maior clareza sobre as atribuições, responsabilidades e condições de segurança dos servidores envolvidos nas atividades de fiscalização. Após encaminhar questionamentos à Fundação, a assessoria jurídica da Condsef passou a reunir informações para preparar uma nova reclamação ao Ministério Público do Trabalho (MPT), prevista para o final de novembro.

Os direitos dos trabalhadores indígenas também integram as negociações. A categoria reivindica a adoção de critérios socioterritoriais nos concursos internos de remoção, considerando os vínculos dos servidores com seus territórios e comunidades. Após a rejeição da proposta pela direção da Funai, a Condsef/Fenadsef e o Sindsep-DF recorreram ao Ministério Público Federal (MPF). A Fundação se comprometeu a instituir um grupo de trabalho para discutir o tema, mas a portaria ainda não havia sido publicada até 5 de novembro.

Também permanecem pendentes reivindicações como a regulamentação de folgas por trabalho em finais de semana e feriados, critérios de progressão e promoção funcional, equiparação dos valores da Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista (Gapin) entre os níveis de escolaridade e criação de gratificação por titulação. As entidades buscam dar continuidade aos avanços obtidos nos acordos de 2023 e 2024, que estruturaram a Carreira Indigenista e garantiram reajustes remuneratórios.

Para saber mais acesse as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)
Estagiários de comunicação: Mariah Salvatore e Guilherme Azevedo